



### **Aviso**

Nos termos do disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugados com o artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que, por despacho autorizador de 04-11-2020 do Presidente da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor Carlos Francisco Lucas Dias Coelho, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de publicação do aviso (extrato) no Diário da República, para preenchimento de um (1) posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para exercer funções no Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD), da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

1 — Tipo de concurso: o presente aviso reveste a forma de procedimento concursal comum, nos termos da alínea a) do artigo 3º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril tendo sido verificada a não existência de candidatos em regime de valorização profissional nos termos da legislação em vigor, na sequência de procedimento prévio promovido junto da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA).

2 — Modalidade de contrato: o procedimento concursal destina-se à ocupação de um (1) posto de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, previsto no mapa de pessoal da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

3 — Local de trabalho: o posto de trabalho situa-se nas instalações da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

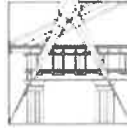
4 — Caracterização geral do posto de trabalho: o posto de trabalho inerente ao presente procedimento concursal envolve o exercício de funções da carreira geral de Técnico Superior, tal como descritas na LTFP.

O Técnico Superior desempenhará funções no Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD), da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, designadamente:

- a) Organização de eventos científicos, atividades de comunicação e disseminação da ciência;
- b) Apoio à organização e gestão do projeto, conteúdos multimédia, divulgação, pesquisa bibliográfica e atualização de bases de dados;
- c) Apoio à elaboração de relatórios Técnicos, científicos de projetos financiados pela FCT, I.P., integrados no âmbito das atividades da Unidade de I&D.

5 — Posição remuneratória: A determinação do posicionamento remuneratório terá em conta o preceituado no artigo 38.º da LTFP, conjugado com as limitações impostas pelo artigo 21.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2019, mantendo-se no orçamento de Estado para 2020), sendo a posição remuneratória de referência a 2.ª posição da carreira/categoria de Técnico Superior, ou seja, o nível remuneratório 15º, num montante pecuniário de 1.205,08€ (mil duzentos e cinco euros e zero virgula oito centimos), ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com as atualizações pelo Decreto-Lei nº 10-B/2020, de 20 de março, de acordo com a verba disponível cabimentada.

De 16



**FACULDADE DE ARQUITETURA**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

6 — Duração do contrato — O contrato é celebrado pelo período de 1 (um) ano, podendo ser renovado, por iguais períodos, até à duração máxima de 3 (três) anos. A duração total das renovações não pode exceder a do período inicial.

7 — Requisitos de admissão:

7.1. — Requisitos gerais de admissão a aplicar, até à data limite para apresentação das candidaturas, são os definidos no artigo 17.º da LTFP, nomeadamente:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 Anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

7.2. — Titularidade de licenciatura ou grau superior, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP.

7.3. — Constituem condições preferenciais:

- a) Mestrado, sem área específica;
- b) Conhecimentos sobre o Sistema Científico Nacional;
- c) Colaboração comprovada no apoio à gestão de projetos de I&D, nomeadamente com financiamento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ou financiamento da União Europeia;
- d) Experiência na elaboração de relatórios de produção científica e financeira no âmbito das atividades de I&D;
- e) Experiência na organização de eventos científicos, nomeadamente reuniões, workshops, conferências, etc.;
- f) Experiência na organização e comunicação de produção científica;
- g) Experiência de trabalho em Unidades de Investigação, preferencialmente na área científica das artes e humanidades;
- h) Experiência na utilização de ferramentas informáticas e sistemas de gestão de informação científica como Windows, Microsoft Office, Ciência Vitae, Web of Science, Scopus, ORCID;
- i) Domínio da língua portuguesa e inglesa falada e escrita.

7.4. — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento, de acordo com o disposto na alínea k), n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019 de 30 de abril.



7.5. — Em cumprimento do estabelecido nos n.º 3 e 4 do artigo 30º da LTFP, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e por despacho autorizador de 04-11-2020 do Presidente da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, proceder-se-á ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

8 — Prazo de candidatura: o prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis contados a partir da publicação do presente aviso (extrato) no Diário da República.

9 — Forma e local de apresentação da candidatura:

9.1 — Nos termos do artigo 19.º da Portaria 125-A/2019 de 30 de abril, as candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, em suporte eletrónico, mediante o preenchimento do formulário tipo, de candidatura, que se encontra disponível através do link: <https://www.fa.ulisboa.pt/concursos>, solicitando a aceitação da sua candidatura e contendo identificação completa, morada, nº de telefone e situação laboral presente, devendo o (a) candidato (a) manifestar o seu consentimento para as comunicações e notificações no âmbito do procedimento concursal possam ter lugar por correio eletrónico indicado o respetivo endereço.

9.2 — Não serão aceites candidaturas em suporte de papel.

9.3 — O formulário de candidatura deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

9.3.1 — Para todos os candidatos:

- a) Curriculum Vitae detalhado;
- b) Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias.

9.3.2 Os candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público para além dos elementos acima indicados, deverão, ainda, apresentar:

a) Declaração emitida pelo organismo ou serviço onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente atualizada, da qual conste, de forma inequívoca, a modalidade da relação jurídica de emprego público que detém, a categoria e posição remuneratória detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as avaliações de desempenho relativas aos últimos três anos e, na sua ausência, o motivo que determinou tal facto.

b) Declaração de conteúdo funcional, emitida pelo serviço ou organismo onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente atualizada e autenticada, da qual constem as atividades que se encontra a exercer inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado.

9.4 - A não apresentação dos documentos a que se referem as alíneas a) e b) ponto 9.3.1 e das alíneas a) e b) do ponto 9.3.2, determinam exclusão da candidatura ao procedimento. O não preenchimento ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes do formulário de candidatura determina a exclusão do candidato do procedimento concursal. Serão excluídas as candidaturas que não satisfaçam, cumulativamente, os requisitos e formalidades apontados no presente aviso.



**10 — Métodos de seleção:**

10.1 — Nos termos do disposto no n. 6, do artigo 36º, da LTFP, serão adotados os seguintes método de seleção:

- a) Método de seleção obrigatório: avaliação curricular (AC);
- b) Método de seleção facultativo ou complementar: entrevista profissional de seleção (EPS).

11 — Avaliação curricular (AC): visa analisar a qualificação dos candidatos, ponderando os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar.

12 — Entrevista profissional de seleção (EPS): visa avaliar a experiência profissional e aspetos comportamentais, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

**13 — Valoração dos métodos de seleção:**

- a) A avaliação curricular (AC) é expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples ou ponderada das classificações dos elementos a avaliar.
- b) A entrevista profissional de seleção (EPS) é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. O resultado final da entrevista profissional de seleção é obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar.

**14 — Classificação final:**

14.1 — A classificação final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (AC \times 70\%) + (EPS \times 30\%)$$

14.2 — São excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhes sendo aplicado o método ou fase seguintes.

14.3 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer dos métodos de seleção é equivalente à desistência do presente procedimento concursal.

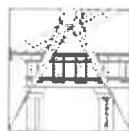
17 — Exclusão e notificação dos candidatos: os candidatos excluídos são notificados de acordo com a alínea a) do nº1 do artigo 23º da Portaria 125-A/2019 de 30 de abril. Os candidatos admitidos são convocados para a realização dos métodos de seleção, nos termos do nº1 do artigo 24.º da mesma Portaria. Os candidatos aprovados em cada método de seleção são convocados para a realização do método seguinte nos mesmos termos.

**18 — Composição e identificação do Júri:**

Presidente: Doutor Fernando José Carneiro Moreira da Silva, Presidente do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) da Faculdade de Arquitetura ULisboa;

1º Vogal efetivo: Doutor David Sousa Vale, Membro da Comissão Executiva do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) da Faculdade de Arquitetura ULisboa;

2º Vogal efetivo: Drª Cláudia Patrícia Brás Quinta Gomes, Coordenadora do Núcleo de Investigação da Faculdade de Arquitetura da ULisboa;



**FACULDADE DE ARQUITETURA**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

1º Vogal suplente: Doutor Francisco Santos Rebelo Membro da Comissão Executiva do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) da Faculdade de Arquitetura ULisboa;

2º Vogal suplente: Mestre Cláudio André dos Santos Ribeiro, Coordenador da Secretaria de Graduação da Área Académica da Faculdade de Arquitetura da ULisboa.

O presidente do Júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo vogal que lhe suceder na ordem acima referida.

14 — As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são publicitadas no sítio da Internet da entidade. As restantes atas do Júri serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

15 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações que este efetuou sob compromisso de honra e das informações que considere relevantes para o procedimento.

16 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

17 — Será elaborada uma lista unitária de ordenação final dos candidatos, ainda que, no mesmo procedimento, lhes tenham sido aplicados diferentes métodos de seleção.

17.1 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será publicitada em local visível e público do Núcleo dos Recursos Humanos da Faculdade de Arquitetura da ULisboa Universidade sítos na Faculdade de Arquitetura da ULisboa – Rua Sá Nogueira, Campus Universitário da Ajuda, 1349-063 Lisboa, e disponibilizada no sítio da Faculdade de Arquitetura da ULisboa em [www.fa.ulisboa.pt](http://www.fa.ulisboa.pt).

17.2 — Em caso de igualdade de valoração, serão adotados os critérios de ordenação preferencial estabelecidos nas disposições legais aplicáveis.

17.3 — A publicitação do procedimento é realizada nos termos da alínea a), b) e c) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

Lisboa, 09 de novembro de 2020,

O Presidente da Faculdade

Doutor Carlos Francisco Lucas Dias Coelho  
(Professor Catedrático)

